

## DEBATE MULTICOR

MISCIGENAÇÃO,  
IGUALDADE E RACIALISMO

Ao decidir que a cota para negros nas universidades é constitucional, STF joga mais lenha no debate que mobiliza opiniões sobre a formação do povo brasileiro. Estudiosos contestam a validade dessa medida de "reparação"



Plenário do STF, que julgou constitucional a adoção de cotas nas universidades brasileiras: decisão foi unânime

CARLA SERQUEIRA  
REPÓRTER

O Supremo Tribunal Federal (STF) bateu o martelo. As cotas raciais no Brasil estão em harmonia com a Constituição Federal. Os negros têm direito à reserva de vagas nas universidades. A decisão foi unânime de 10 ministros. O julgamento terminou em 26 de abril, após dois dias de sessão. Foi resultado de uma ação movida pelo DEM, partido que questionou o sistema de cotas na Universidade de Brasília. Os ativistas negros comemoram o posicionamento do Poder Judiciário. Mas há quem discorde com veemência e enxergue na medida uma ameaça à democracia.

É o caso do sociólogo Demétrio Magnoli. Em 2009, ele publicou o livro *Uma Gota de Sangue*. A inspiração veio do formulário que teve que preencher no ato da matrícula da filha, numa escola particular de São Paulo. Ao perceber o espaço para indicar a raça, ele se indignou e escreveu "humana". Após o episódio, Magnoli, que também é geólogo, elaborou um texto intrigante, que recorre à expansão europeia na África e Ásia para mostrar que a classificação dos povos em raças não passa de uma estratégia de domínio, uma vez que entre iguais restaria inviável o autoritarismo do poder.

"O conceito de raça foi desinventado no final da 2ª guerra como reação ao

nazismo. O mundo olhou para trás e disse: 'essa ideia de que a humanidade está dividida em raças produz sangue em grande escala, não aceitamos mais isso'. A raça então foi desconstruída, combatida nas grandes declarações sobre direitos humanos, algo a ser abolido das sociedades democráticas", disse Magnoli, numa entrevista ao Estadão, veículo onde mantém uma coluna periódica, logo após o lançamento do livro.

"No momento em que a genética decifra o DNA e afirma que a raça não existe, que a cor da pele é uma adaptação superficial a diferentes níveis de insolação, e que é controlada por 10 dos 25 mil genes do ser humano, a raça reaparece

pelo viés cultural", afirma o sociólogo, dizendo ainda que no Brasil esse ressurgimento está amparado no Estatuto da Igualdade Racial, cuja nomenclatura ele considera retrato da inviabilidade.

"Raça e igualdade são palavras de universos distintos. Igualdade é democracia. Raça é diferença. Ou existe igualdade ou existe raça. O perigo do multiculturalismo é que ele quer eliminar o mestiço. Os multiculturalistas dizem que 'esse negócio de igualdade é uma falsificação, pois não existe no mundo real; no mundo verdadeiro as pessoas não são iguais'. Eles querem abolir a igualdade, preferem a diferença. Um pensamento do século 19",

DEMÉTRIO  
MAGNOLI  
SOCIÓLOGO

"O projeto racialista consiste em dividir o Brasil em duas raças polares: 'brancos' e 'negros'. A mistura deve ser eliminada, como queriam os racistas do passado"

uma vez que a cota e o objetivo das



"A democracia se baseia na igualdade legal dos cidadãos. Esse princípio é a fonte dos direitos e garantias individuais. Sem ele, o direito a tratamento isonômico pelo Estado desaparece"

disse Demétrio Magnoli, que também é colunista do jornal O Globo.

Em entrevista exclusiva à *Gazeta*, o sociólogo criticou a decisão do STF e afirmou que as cotas raciais são uma ameaça aos direitos individuais dos brasileiros. "O STF não interpretou a Constituição, mas a reescreveu. Os artigos 5, 19 e 208 são cristalinamente proibem a criação de distinções legais entre os brasileiros. Os juízes se reuniram em Assembleia Constituinte e derrubaram o princípio da igualdade perante a lei. No lugar dele, deram guarida à visão de um Estado racializado, ou seja, uma nação formada por coletividades raciais distintas, detentoras de direitos próprios".

sobre a ideia de mistura, mestiçagem. A tentativa de reinventar o Brasil sob o modelo racializado dos EUA representa um óbvio risco para a coesão nacional", alerta o escritor, ao comentar sobre a artilharia de argumentos que resulta na confusão – "propositiva", segundo ele – de justificativas para a necessidade de cotas no Brasil, uma vez que, por um lado, fala-se no racismo mascarado como causa principal da exclusão social negra e, por outro, recorre-se à situação econômica.

"Os arautos das cotas falam para uma nação que não aprendeu a acreditar em raças, mas que considerava intoleráveis as desigualdades sociais extremas que marcam o país".

Demétrio Magnoli defendeu o princípio da democracia e alertou sobre o perigo de a igualdade de direitos virar refém de atos administrativos. "A democracia se baseia na igualdade legal dos cidadãos. Esse princípio é a fonte dos direitos e garantias individuais. Sem ele, o direito a tratamento isonômico pelo Estado desaparece. Os direitos passam a oscilar ao sabor de atos administrativos pelos quais se colam rótulos raciais sobre as pessoas". O sociólogo diz ainda que as cotas podem inflamar o racismo que existe no Brasil, a ponto de ganhar força de mobilização popular.

"Se generalizadas, como pediu um dos juízes do STF, as cotas difundem na população o critério identitário da raça. Temos e sempre tivemos racismo no Brasil. Mas o racismo como fator de mobilização popular não faz parte de nossa história. Eis a ameaça que surge quando o Estado produz raças oficiais". Para ele, outro grande risco que as cotas raciais representam no Brasil é o fim da mestiçagem.

"O projeto racialista consiste em dividir o Brasil em duas raças polares: 'brancos' e 'negros'. A mistura deve ser eliminada, como queriam os racistas do passado, que enxergavam na miscigenação uma moléstia racial. A identidade brasileira foi erguida

Por isso, propositalmente, confundem o discurso da inclusão social com o discurso da racialização. Se quisessem inclusão social fariam na educação básica e média, e até em cotas sociais, baseadas na renda. Mas, de fato, querem a racialização. Só usam o argumento da inclusão social como pretexto", afirma Demétrio Magnoli.

O sociólogo reconhece ainda na decisão do STF uma brecha para o surgimento de conflitos raciais, até então inexistentes no Brasil. "A decisão abre as portas para diversos conflitos motivados pela produção de identidades étnicas. Conflitos entre 'pardos' e 'pretos' mas também entre 'brancos' e 'negros', bem como entre 'caboclos' e 'índios'. Quando se perde a referência da igualdade perante a lei, ingressa-se na lei da selva". Magnoli conclui dizendo que a política de cotas num país de excluídos como o Brasil pode se tornar obstáculo para a ampliação dos serviços públicos.

"Há 'brancos' pobres, 'negros' ricos, 'pardos' pobres e ricos etc. As políticas de cotas dividem o povo em categorias raciais, fragmentando as reivindicações e racializando as demandas. No fim, funcionam como obstáculo para políticas voltadas contra as desigualdades sociais extremas". **● Leia mais nas páginas A9 e A10**



Para o sociólogo Demétrio Magnoli, a adoção de cotas cria racismo num país miscigenado